



LEI ORDINÁRIA Nº 250

de 13 de dezembro de 1996

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL - MS, PARA O EXERCÍCIO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

*ELO RAMIRO LOEFF, PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL -
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES
QUE LHE SÃO CONCEDIDAS POR ELE. FAZ SABER QUE A CÂMARA
MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:*

ART. 1º - O ORÇAMENTO PROGRAMA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL - MS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1997. DISCRIMINADOS PELOS ANEXOS INDEGRANTES DESTA LEI. ESTIMA A RECEITA EM R\$ 6.862.487,00 (SEIS MILHÕES, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS) E FIXA A DESPESA EM IGUAL IMPORTÂNCIA.

ART. 2º. - AS RECEITAS SERÃO REALIZADAS MEDIANTE A ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS, RENDAS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL. NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DAS ESPECIFICAÇÕES DA PRESENTE LEI, E DE ACORDO COM O SEGUINTE DESDOBRAMENTO:

1 RECEITAS CORRENTES

1.1	<i>RECEITA TRIBUTÁRIA</i>	\$	1.200.500,00
1.2	<i>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</i>	\$	120.000,00
1.3	<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	\$	142.805,00
1.6	<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	\$	1,00
1.7	<i>TRANSFER. CORRENTES</i>	\$	4.993.012,00
1.9	<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	\$	185.655,00

2 RECEITAS DE CAPITAL

2.7	<i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>	\$	2,00
2.4	<i>TRANSFER. DE CAPITAL</i>	\$	220.501,00
2.5	<i>OUTRAS RECEITAS CAPITAL</i>	\$	2,00
	<i>TOTAL</i>	\$	6.862.487,00

ART. 3º A DESPESA SERÁ REALIZADA SEGUINDO A DISCRIMINAÇÃO DOS QUADROS QUE INTEGRAM A ESTA LEI, E TERÁ O SEGUINTE DESDOBRAMENTO:

1 DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	<i>LEGISLATIVA</i>	\$	530.200,00
03	<i>ADMINISTRAÇÃO</i>	\$	1.095.015,00
	<i>PLANEJAMENTOS</i>		
04	<i>AGRICULTURA</i>	\$	102.810,00
05	<i>COMUNICAÇÕES</i>	\$	27.004,00

<i>08</i>	<i>EDUCAÇÃO E CULTURA</i>	\$	<i>2.144.809,00</i>
<i>10</i>	<i>HABITAÇÃO E URBANISMO</i>	\$	<i>183.619,00</i>
<i>11</i>	<i>INDUSTR. COMERC. SERVIÇOS</i>	\$	<i>1,00</i>
<i>13</i>	<i>SAÚDE E SANEAMENTO</i>	\$	<i>572.017,00</i>
<i>15</i>	<i>ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA</i>	\$	<i>705.007,00</i>
<i>16</i>	<i>TRANSPORTES</i>	\$	<i>1.502.005,00</i>
	<i>TOTAIS</i>	\$	<i>6.862.487,00</i>

2 DESPESAS POR ÓRGÃOS DE GOVERNO

<i>1</i>	<i>GABINETE DO PREFEITO</i>	\$	<i>184.503,00</i>
<i>2</i>	<i>SECRETARIA GERAL</i>	\$	<i>6.147.784,00</i>
<i>3</i>	<i>CÂMARA MUNICIPAL</i>	\$	<i>530.200,00</i>
	<i>TOTAIS</i>	\$	<i>6.862.487,00</i>

ART. 4º. - DO MONTANTE APRESENTADO NO ARTIGO 2º E 3º DA PRESENTE PROPOSTA, PERTENCEM AOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS MANTIDOS POR ESTA MUNICIPALIDADE, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 251.022,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL E VINTE E DOIS REAIS) CONFORME DISCRIMINAÇÃO:

<i>A</i>	<i>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</i>	(COU.01)	\$	<i>9,00</i>
<i>B</i>	<i>FUNDO MUNICIPAL PREV SOCIAL</i>	(COU.02)	\$	<i>223.005,00</i>
<i>C</i>	<i>FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO</i>	(COU.03)	\$	<i>8,00</i>
<i>D</i>	<i>FUNDO MUN. ASSISTEN. SOCIAL</i>	(COU.04)	\$	<i>28.000,00</i>
		<i>TOTAL</i>	\$	<i>251.022,00</i>

ART. 5º - COMPÕEM O ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL, INCLUINDO SEUS FUNDOS, AS DESPESAS CONSIGNADAS NOS SEGUINTE ELEMENTOS DE DESPESA:

<i>3111 PESSOAL CIVIL</i>	\$	<i>1.971.514,00</i>
<i>3113 OBRIGAÇÕES PATRONAIS</i>	\$	<i>126.214,00</i>
<i>3251 SALÁRIO FAMÍLIA</i>	\$	<i>10.000,00</i>
<i>3252 PENSIONISTAS</i>	\$	<i>10.000,00</i>
<i>3253 SALÁRIO FAMÍLIA</i>	\$	<i>31.000,00</i>
<i>3255 ASSIST. MED HOSPITALAR</i>	\$	<i>32.001,00</i>
<i>3256 BENEFÍCIOS A PREV. SOCIAL</i>	\$	<i>5.000,00</i>
<i>3257 IND. PUB. AGENC. TRABALHO</i>	\$	<i>2.000,00</i>
<i>3259 OUTRAS TRANSF. A PESSOAS</i>	\$	<i>40.001,00</i>
<i>3280 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP</i>	\$	<i>50.000,00</i>
<i>TOTAL</i>	\$	<i>2.277.730,00</i>

PARÁGRAFO PRIMEIRO - PERTENCEM TAMBÉM AO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL AS DOTAÇÕES ABAIXO CONSIGNADAS, PERTENCENTE AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, MANTIDO POR ESTE MUNICÍPIO.

<i>3120 MATERIAL DE CONSUMO</i>	\$	<i>2.000,00</i>
<i>3131 REMUNERAÇÃO S. PESSOAIS</i>	\$	<i>2.000,00</i>
<i>3132 OUTROS SERV ENCARGOS</i>	\$	<i>2.000,00</i>
<i>3265 JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS</i>	\$	<i>1.000,00</i>
<i>4270 CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS</i>	\$	<i>103.000,00</i>
<i>TOTAL</i>	\$	<i>110.000,00</i>

PARÁGRAFO SEGUNDO - PERTENCEM AINDA O ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL, PARTE DAS DOTAÇÕES CONSIGNADAS PARA A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA, AOS VALORES PROJETADOS PARA O RECOLHIMENTO DAS COTAS PREVIDENCIÁRIAS EM ATRASO: DISCRIMINADOS:

<i>3261 - JUROS DIV. CONTRATADA</i>	\$	<i>10.000,00</i>
<i>3265 - JUROS DE OUTRAS DÍVIDAS</i>	\$	<i>1.000,00</i>
<i>4351 - AMORT. DÍVIDA CONTRATADA</i>	\$	<i>10.000,00</i>
	<i>SUB - TOTAL</i>	\$ <i>21.000,00</i>
	<i>TOTAL ORÇAMENTO SEGURIDADE</i>	\$ <i>2.408.730,00</i>

PARÁGRAFO TERCEIRO - COMPÕEM AS RECEITAS DO ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL, PARTE DAS TRANSFERÊNCIAS

INTRAGOVERNAMENTAIS E INTERGOVERNAMENTAIS, BEM COMO PARTE DAS DEMAIS RECEITAS PREVISTAS NO ARTIGO 2º DA PRESENTE LEI, EM IGUAL IMPORTÂNCIA AO ORÇAMENTO DA DESPESA.

ART. 6º. O ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL, SERÁ EXECUTADO JUNTAMENTE COM O ORÇAMENTO GERAL DA DESPESA.

ART. 7º. FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A:

I - EFETUAR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA NOS TERMOS DA LEI;

II - EFETUAR TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DE UMA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA OUTRA, DENTRO DA MESMA SECRETARIA DE UNIDADE DE SERVIÇO, ATÉ OS LIMITES FIXADOS, NA PRESENTE LEI PARA CADA SECRETARIA DE UNIDADE DE SERVIÇOS, NOS TERMOS DO ITEM III, DO PARÁGRAFO 1º, DO ARTIGO 43º, FAZ LEI 4.320/64.

III - EFETUAR SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, UTILIZANDO OS RECURSOS PREVISTOS NO ITEM II, DO PARÁGRAFO 1º, DO ARTIGO 43º DA LEI 4.320/64.

IV - EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES, ATÉ O LIMITE DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO TOTAL FIXADO PARA AS DESPESAS, NOS TERMOS DO ITEM III, DO PARÁGRAFO 1º, DO ARTIGO 43º, DA LEI 4.320/64.

V - EFETUAR SUPLEMENTAÇÕES ATÉ O LIMITE DE VENCIMENTOS DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL, CONCEDIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL, PARA PAGAMENTO DE PESSOAL, E SEUS ENCARGOS, E AS AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA DECORRENTES DO PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS EM ATRASO, NOS TERMOS DO ITEM III, PARAGRAFO 1º, DO ART. 43, DA LEI 4.320/64.

ART. 8º. - AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES NESTA LEI SERÃO ATUALIZADAS CONFORME PREVISTO NA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

ART. 9º. - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE 01 DE JANEIRO DE 1.997, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Lei Ordinária Nº 250/1996 - 13 de dezembro de 1996

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em